

OUTUBRO - 2026

MARÉ DE NOTÍCIAS

EDIÇÃO
ESPECIAL

EDIÇÃO
170

OPERAÇÕES POLICIAIS GERAM INDIGNAÇÃO E MEDO NAS FAVELAS

4.080 moradores da Maré, Alemão, Penha e Rocinha foram ouvidos e **73%** rejeitam o atual modelo de operações com confrontos armados. **PÁG. 6**

Foto: Patrick Marinho

EL NIÑO: ENTENDA OS IMPACTOS

Na Maré, ventos fortes, calor e chuvas intensas expõem a falta de adaptação climática e aumentam a cobrança por políticas públicas.



PÁG. 10

MUDANÇA EM LOCAIS DE VOTAÇÃO NA MARÉ

Confira com antecedência seu local de votação, prepare a colinha e organize-se para participar das eleições.



PÁG. 14

A Maré é um corpo político. Isso não fala apenas de lendas, partidos ou da corrida eleitoral que acontece, pelo menos, de dois em dois anos. Fala também — e sobretudo — da política como uma ferramenta fundamental de existência, organização e sobrevivência.

Desde a formação das 16 favelas que compõem o nosso conjunto, bairro reconhecido oficialmente desde 1994, as pessoas que vivem aqui se organizam, reivindicam direitos, criam soluções, produzem conhecimento e disputam políticas que transformam o território. É desse movimento que nasce parte importante da Maré que conhecemos hoje.

Essa história foi, sem dúvida, protagonizada por muitas mulheres. **A Chapa Rosa**, que completa 42 anos, é um retrato da força e do engajamento delas nas lutas do território. A partir dessas mobilizações, tantas outras organizações, coletivos e lideranças também surgiram e ajudaram a construir novas formas de participação e incidência política.

O próprio **Maré de Notícias** é fruto dessas sementes. Nascemos da Redes da Maré com o objetivo de informar para mobilizar. Ao longo de 170 edições impressas e de incontáveis produções publicadas no site e nas redes sociais, seguimos fazendo isso: contando histórias, produzindo e divulgando dados, dando visibilidade às demandas dos moradores e ampliando as vozes da Maré.

Nesta edição, essa dimensão política aparece de diferentes formas. Está na memória de quem construiu a **Escola Bahia**, na **celebração da cultura e da gastronomia**, na **luta por direitos como a Tarifa Social**, na **produção de evidências sobre as operações policiais**, na **discussão sobre os impactos das mudanças climáticas** e até na **ocupação das ruas pela corrida**. São diferentes expressões de uma mesma capacidade: a de moradores e moradoras produzirem caminhos para transformar a realidade.

Em 2026, olhamos também com mais atenção para o campo eleitoral. As eleições deste ano serão decisivas para a definição — e para a fiscalização — de políticas que afetam diretamente o cotidiano das favelas. **Moradores da Maré e de tantas outras favelas aprovam tantas operações com confronto armado?** Essa é uma das perguntas que precisam ser consideradas nas propostas dos candidatos ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2016, pelo menos 167 pessoas perderam suas vidas nesse contexto.

A Maré, há muito tempo, sabe que política acontece no cotidiano e é muito mais do que votar. Por isso, a pergunta que deve nos acompanhar neste outubro de 2026 não é apenas 'como vota a Maré', mas também: **quem efetivamente ganha com o voto da favela?**

REALIZAÇÃO:



MARÉ
DE NOTÍCIAS

APOIO:

16 Associações de moradores da Maré

DIREÇÃO:

Geisa Lino

COORDENAÇÃO:

Jéssica Pires

EDIÇÃO

Tamyres Matos e Jessica Pires

FOTOGRAFIA

Affonso Dalua

Douglas Lopes

Patrick Marinho

REVISÃO

Luiz Assumpção

Adriana Pavlova

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Fernandes

PROJETO GRÁFICO

Rafael Fernandes

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Ana Paula Carvalho

Flavia Veloso

Gabrielle Gonçalves

Gleusa Santos

Gracilene Firmino

Hélio Euclides

Marko Costa

Thayssa Rios

Jéssica Pires

TIRAGEM

5 mil exemplares

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna



01 A 30 DE OUTUBRO

Celebração da Gastronomia Mareense

O FESTIVAL

Durante o Festival **16 estabelecimentos participantes** recebem moradores, visitantes e convidados para experimentar **pratos selecionados** e conhecer diferentes histórias da gastronomia mareense.



Informações sobre roteiros guiados e caravanas:
(21) 99079-7966

SAIBA MAIS:

@comidadefavela

TARIFA SOCIAL DE ÁGUA NA MARÉ: ENTENDA QUEM TEM DIREITO E COMO SE CADASTRAR

Com o cadastramento de moradores durante as obras da Águas do Rio, atenção se volta para o acesso ao benefício que determina um desconto na tarifa

Por: Jéssica Pires

As obras realizadas pela Águas do Rio na Maré prometem mudanças na infraestrutura de abastecimento de água e no descarte do esgoto do território. Ao mesmo tempo em que máquinas, equipes e os benefícios futuros esperados avançam pelas ruas, moradores também passam por uma etapa menos visível, mas fundamental: o cadastramento das residências e dos consumidores.

Esse processo é uma oportunidade para que um direito chegue a quem precisa. Entre os pontos que merecem atenção está o acesso à tarifa social de água e esgoto.

Mais do que um desconto na conta, a tarifa social é um mecanismo tarifário, ou seja, uma política voltada à garantia do acesso a um serviço essencial. No estado do Rio de Janeiro, ela assegura um desconto de 60% no valor da conta mensal e a isenção de alguns serviços complementares, como a instalação do hidrômetro.

Mas quem tem direito ao benefício?

Apesar de todos os moradores de áreas de especial interesse social, como favelas e conjuntos habitacionais, terem direito garantido a esse benefício, a tarifa social ainda não chega necessariamente a todas as famílias. O desconhecimento sobre esse direito, dificuldades para realizar ou atualizar cadastros, ausência de documentos e dúvidas sobre os critérios estão entre os obstáculos que podem afastar moradores da tarifa social.

Por isso, o cadastramento realizado durante uma obra de grande porte precisa ser acompanhado de informação clara. De acordo com o art. 4º da Lei Federal nº 14.898/2024, que trata da Tarifa Social em âmbito nacional, “a classificação das unidades usuárias na categoria

tarifária social deverá ser feita automaticamente pelo prestador do serviço”. Na Maré, como já mencionado pelo Maré de Notícias na última edição deste impresso, a concessionária Águas do Rio estabeleceu uma tarifa especial de R\$5 durante todo o período da obra para todos os moradores que realizarem seus cadastros.

A expectativa da concessionária é realizar o cadastro de aproximadamente 60 mil imóveis, entre residências e comércios, de acordo com informações de sua assessoria de imprensa. Para realizar o cadastro ou sua atualização, é necessário apresentar um documento oficial com foto e um comprovante de residência. Podem ser utilizados, por exemplo, conta de luz, conta de internet fixa, contrato de aluguel ou escritura do imóvel.

Além da redução no valor da conta, os usuários que têm direito à tarifa social de água estão isentos da cobrança de instalação do hidrômetro. “Temos observado em outras áreas do Estado que, durante o cadastramento da tarifa social, a concessionária tem cobrado essa instalação, bem como incluído na conta a cobrança de meses retroativos, de forma parcelada. O usuário deve ficar atento a essas cobranças indevidas”, alerta **Patrícia Finamore**, engenheira sanitária e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas (LEAU/UFRJ).

Patrícia também chama atenção para a importância desses combinados serem documentados e divulgados de forma ampla e irrestrita, para evitar cobranças indevidas no futuro. O cadastro de estabelecimentos comerciais também deve ser visto com cautela, pois o valor da tarifa nessa modalidade é mais alto e não há previsão de tarifa social. Isso pode prejudicar gravemente os comerciantes, com a cobrança de valores que inviabilizem a manutenção dos empreendimentos.

Obras estruturantes são muito bem-vindas e podem transformar a condição de abastecimento de água da Maré. Mas a melhoria da infraestrutura precisa vir acompanhada da garantia de direitos. Afinal, ampliar o acesso à água também significa assegurar que o serviço seja economicamente acessível para as famílias que mais precisam.

Onde buscar orientação

O cadastramento para a tarifa especial e posterior tarifa social está sendo realizado por equipes da Águas do Rio em campo, que visitam os imóveis para atualizar ou regularizar os dados dos clientes. Também é possível realizar o cadastro e a atualização por ligação ou mensagem de WhatsApp pelo número 0800-195-0195, pelo site (www.aguasdoriorio.com.br) ou na loja de atendimento da concessionária, que fica na Rua Teixeira Ribeiro, 694, em frente à lanchonete do Pexinchete.

Caso tenha problemas com cobranças superiores ao comunicado pela Águas do Rio nessa fase da obra, ou que considere indevidas em outros momentos, solicite atendimento junto à concessionária.

Rua Teixeira Ribeiro, nº 694 - Nova Holanda - atendimentos de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Se o pedido for negado, com o protocolo do atendimento em mãos, faça uma reclamação na agência reguladora, a AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro), em instituições de defesa do consumidor, como o Procon, ou na Defensoria Pública.

CHAPA ROSA: MULHERES ABRIRAM CAMINHOS NA LUTA POR DIREITOS NA MARÉ

Há mais de quatro décadas, movimento com liderança feminina transformou organização comunitária em mobilização pela conquista de direitos

Por: Ana Paula Carvalho



Chapa Rosa Associação Moradores Nova Holanda Maré anos 1980 - Foto: Acervo Redes da Maré

Quem passa hoje pelas ruas da Nova Holanda, que, apesar dos desafios, contam com uma estrutura urbanizada, talvez não imagine que, há algumas gerações, o cenário era ainda mais desafiador. Naquele período, o acesso a serviços e direitos básicos era ainda mais limitado em uma Maré que começava a se organizar para reivindicar melhores condições de vida.

“A gente não tinha água, luz, saneamento básico... a gente não tinha nada. Primeiro a gente pegava água depois da Avenida Brasil. Depois, a gente começou a pegar na [rua] Flávia Farnese. Mas, aqui na Nova Holanda, aqui mesmo no conjunto, levou muito tempo”,

conta dona **Helena Edir Vicente**, de 76 anos, uma das diretoras e fundadoras da Redes da Maré que se tornou referência na luta pela garantia de direitos no território.

Cansadas de enfrentar o cotidiano marcado pela escassez de recursos, mulheres da Maré deram origem, há 42 anos, a um grupo formado majoritariamente por elas. Após meses de mobilização, com convites a todos os interessados em construir um movimento em defesa dos direitos no território, o grupo realizou uma série de encontros até decidir disputar



Mulheres Carregando Água - Foto: Acervo Redes da Maré

as eleições para a gestão da Associação de Moradores da Nova Holanda.

Assim nasceu a Chapa Rosa, nome escolhido em referência à predominância feminina no movimento. O trabalho corpo a corpo com os moradores da Maré resultou na eleição de Eliana Sousa Silva, com 22 anos, a primeira mulher a assumir a presidência da Associação de Moradores de Nova Holanda.

Na contramão de um período marcado pelo forte controle do Estado sobre as favelas, a Chapa Rosa deu início a um trabalho independente, focado em reivindicar as melhorias que os moradores necessitavam. “Além da repressão, nós éramos abandonados. E para conseguir as coisas nós fomos obrigados a enfrentar o governo à base de ‘paulada’. A gente batia de frente com eles (militares no período da

Ditadura)”, conta Sebastião de Souza, de 73 anos, integrante da Chapa Rosa desde sua criação.

Foi dessa maneira, relembra Sebastião, que conquistas importantes foram alcançadas: “Na época não tinha creche, não tinha posto saúde, não tinha nada. Só depois da organização das comunidades, formando associação de moradores, que o trabalho começou a render”, conta.

Saneamento: uma questão de gênero?

Quando a água não é tratada, o esgoto transborda e falta coleta regular de lixo, as mulheres são as primeiras a sentirem os impactos da ausência dessa política pública. Isso acontece porque, embora elas tenham índices de acesso a saneamento ligeiramente superiores aos de homens, segundo levantamento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), são elas que passam a maior parte do tempo em função do cuidado.

O impacto da falta de saneamento básico vai além da piora nas estatísticas — ele atravessa a rotina: é a criança que adoece e deixa de ir à escola; é a mãe que deixa de trabalhar ou estudar para cuidar do filho doente; ou a mulher que deixa de iniciar seu negócio por falta de acesso aos direitos mais básicos.

Essa ausência coloca mulheres e meninas em uma situação concreta de maior vulnerabilização. No Brasil, 4,69 milhões de mulheres vivem em domicílios sem água canalizada, 44,7 milhões não têm acesso a esgotamento sanitário seguro e quase 2 milhões vivem sem banheiro de uso exclusivo, segundo levantamento da ANA.

A falta desses serviços amplia também a exposição a outros tipos de risco. Em março de 2026, durante a edição brasileira do Femina Vox, fórum internacional voltado ao protagonismo feminino, a diretora da agência, Cristiane Battiston, ressaltou que a necessidade de buscar água ou de utilizar instalações sanitárias inadequadas torna mulheres e meninas mais vulnerabilizadas e as expõe a diferentes formas de violência.



Helena Edir é uma das lideranças que mobilizou a chapa rosa. Foto: Patrick Marinho

A luta continua

Um dos avanços conquistados às custas das reivindicações é a grande obra realizada pela Águas do Rio, que tem o objetivo de solucionar demandas históricas, levando infraestrutura sanitária para as favelas da Maré.

Para dona Helena, essa mudança é fruto do movimento que começou há pouco mais de 40 anos: “Aquela influência da Chapa Rosa continua. Menos, porque muitas coisas mudaram, mas a gente ainda tem o respeito. A gente continua podendo dialogar com as instituições, o que não acontece em outras comunidades”, afirma.

Apesar dos avanços, parte dos desafios permanece e é por isso que a luta não deve parar.



Foto: acervo Redes da Maré



Ruas da Maré sem nenhuma estrutura de saneamento | Foto: acervo Redes da Maré

‘PÉ NA PORTA’: MORADORES DE FAVELA REJEITAM ATUAL MODELO DE OPERAÇÕES POLICIAIS

Pesquisa realizada com 4.080 pessoas aponta que a rejeição está relacionada a violações de direitos, medo e insegurança dentro de casa

Por: Jéssica Pires e Thayssa Rios

Poderia ter sido apenas mais um dia da primeira semana no novo trabalho de Carlane Viana Gomes, de 38 anos, que saiu de casa por volta das 4h20 para o terceiro dia trabalhando em uma padaria. Antes de sair, deixou os dois filhos — que são pessoas autistas — com uma cuidadora. Durante o expediente, ligou para saber como estavam e foi informada de que a polícia estava na rua revistando casas. Ao voltar, encontrou as fechaduras das portas arrombadas. Vizinhos contaram que policiais entraram e reviraram a casa. Foi então que Carlane olhou a geladeira, onde guardava o canabidiol comprado poucos dias antes para o tratamento dos filhos, e percebeu que o medicamento havia sumido.

O episódio aconteceu em 5 de agosto, na 12ª operação policial deste ano na Maré. Até o fim daquele mês, já haviam sido contabilizadas 13 operações.

“Ter o canabidiol de volta eu sei que não vou ter, mas quero uma resposta. Como um representante do poder público chega e entra na sua casa sem um mandado, com sua porta fechada, sem ninguém em casa? Hoje aconteceu comigo e amanhã pode acontecer com outras pessoas”, desabafa a moradora.

O medicamento, que ajuda na regulação emocional e comportamental dos filhos, inclusive em dias de operações policiais, custou R\$ 600.

Lembrando que a entrada de policiais em uma residência precisa seguir regras estritas, seja na favela ou no resto da cidade. A Constituição Federal estabelece que ninguém pode entrar em uma casa sem o consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, necessidade de prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial. Quando não há mandado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determina ainda que uma entrada



93% dos moradores da Maré afirmam que eles próprios ou alguém da família já vivenciou alguma operação no território. Foto: Douglas Lopes



Moradora teve casa violada e medicações furtadas em operação policial na Maré. Foto: Douglas Lopes

forçada baseada na ocorrência de um flagrante precisa ser sustentada por razões concretas, que possam ser justificadas posteriormente pelos agentes.

Segundo dados do De Olho na Maré, projeto da Redes da Maré que monitora situações de violência nas 15 favelas do território, das 13 operações policiais até o fim de agosto, 11 foram planejadas e duas foram emergenciais. Em todas foi registrado algum tipo de violação de direitos: cárcere privado (8 casos), dano ao patrimônio, à propriedade privada ou pertences (18), invasão de domicílio ou estabelecimento comercial (16), roubo de pertences (6), violência psicológica (9) e coação (9).

Carlane, que também convive com depressão e ansiedade, estava visivelmente abalada. “Foi um baque muito grande eu chegar e ver minha casa revirada”, afirma. O caso da família revela aspectos das vivências de moradores de favelas durante operações policiais investigados na pesquisa “Por que moradores de favelas aprovam ou reprovam operações policiais com confrontos armados?”, disponível no QR Code.

Realizada no início deste ano com 4.080 moradores do Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Maré e Rocinha, a pesquisa mostra que 92% da população dessas favelas discorda do modelo atual das operações policiais. Violações de direitos e a falta de sensação de segurança dentro dos próprios domicílios aparecem entre os fatores que influenciam essa percepção.

Na Maré, foram ouvidos 1.020 moradores. Destes, 77% não concordam com a atuação baseada no enfrentamento bélico e na violência. Entre jovens de 18 a 29 anos, o índice chega a 82%. A discordância também alcança 74% entre pessoas que se identificam como pardas e 86% entre as pretas.

Quando acontecem operações policiais, não é só quem é atingido por arma de fogo que sai ferido. Durante a sétima operação deste ano, em 7 de abril, a atuação policial começou às 5h e durou até as 18h30. Naquele dia, dois moradores de 21 anos foram baleados e Renan dos Santos Lima, de 29 anos, foi morto em uma

esquina da Rua Sargento Silva Nunes, na Nova Holanda.

“Na hora do desespero, eu corri. Ouvia ele gritando ‘me balearam, me balearam’. E aí ele caiu no chão, foi quando uma colega minha voltou e começou a arrastar ele para dentro da nossa rua”, lembra uma jovem de 21 anos, que presenciou pela primeira vez duas pessoas serem baleadas. Uma das vítimas é seu amigo. “O outro baleado conseguiu correr até a porta da minha casa. Eu comecei a amarrar a blusa no ferimento, até que os amigos dele o colocaram nas costas para levar para o hospital.”

Segundo a jovem, o grupo estava sentado na esquina porque acreditava que a operação, iniciada por volta das 5h, já havia acabado no fim da tarde. Um dos rapazes foi baleado na barriga e o outro na perna. “Foi um desespero. Eu chorei porque também foi um livramento pra mim. Eu poderia ter tomado um tiro nas costas, e eu não ia aguentar, né?”, afirma a jovem.

De acordo com a pesquisa realizada pela Redes da Maré e conduzida em parceria com Frente Penha, Instituto Raízes em Movimento, Instituto Papo Reto, Fala Roça e A Rocinha Resiste, **93%** dos moradores da Maré afirmam que eles próprios ou alguém da família já vivenciou alguma operação no território. Deste grupo, **60%** afirmam sentir bastante medo da atuação da polícia, **22%** um pouco de medo e **18%** dizem não sentir medo.

Os jovens feridos foram socorridos pelos próprios moradores, que os levaram de moto até uma kombi, que seguiu com os dois para o hospital mais próximo da Maré.

Os dados do De Olho na Maré mostram que, das 13 operações realizadas neste ano nas favelas da Maré, oito delas atingiram a região do Morro do Timbau e seis delas a Baixa do Sapateiro e na Nova Maré. O estudo, ao separar

a opinião dos moradores por quatro áreas*, mostra que apenas em Roquete Pinto e Praia de Ramos, onde não há registro de operação policial, 58% da população concorda com o atual modelo. Entre moradores das áreas que concentram a maioria das ações dos agentes, a discordância chega a 82%.

Os impactos no cotidiano e as violações de direitos deixam marcas nas casas e na memória dos moradores. Segundo o De Olho na Maré, neste ano já são 10 dias letivos sem aula — uma média de 30 escolas fechadas e mais de 11 mil alunos sem aula por operação policial. Nas unidades de saúde, foram 11 dias de atendimentos totalmente interrompidos, sem contabilizar moradores impedidos de sair de casa para consultas em outras regiões da cidade.

Em todas as operações, a equipe da Redes da Maré observa se há descumprimentos da ADPF 635 (ADPF das Favelas). Em 11 das 13 realizadas neste ano, ao menos uma das medidas foi descumprida, como uso insuficiente de câmeras corporais pelos agentes; falta de perícia e preservação das áreas onde aconteceram violações e mortes; e ambulâncias presentes, mas não utilizadas para socorro.

As informações coletadas com moradores pela equipe da Redes da Maré durante as operações são encaminhadas ao monitoramento do Grupo de Trabalho da ADPF 635, instituído em abril de 2025 para a preservação da decisão do STF. O objetivo é reunir indícios e possíveis provas que possam, na ausência de perícia nos territórios do Conjunto de Favelas da Maré, servir de base para investigações policiais, ações criminais e o controle externo da atividade policial.

Em dias de operações policiais a Redes da Maré realiza um plantão de acolhimento presencial nos prédios da organização localizados em diversos pontos no território e também recebe demandas via WhatsApp e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) mantém um plantão especial para atendimento à população.

Plantão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ):

O serviço gratuito pode ser acessado pelo telefone e WhatsApp: **(21) 2215-7003**

ou pelo e-mail: gt-adpf635@mprj.mp.br.

Já o serviço da Redes da Maré pode ser acessado pelo telefone e WhatsApp: **(21) 99924-6462**.

*Áreas consideradas no acompanhamento do projeto De Olho na Maré: Área 1: Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do João, Vila dos Pinheiros e Salsa e Merengue. Área 2: Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré. Área 3: Parque União, Rubens Vaz, Parque Maré e Nova Holanda. Área 4: Roquete Pinto e Praia de Ramos.

*Colaboraram os pesquisadores do De Olho na Maré: Aristênio Gomes, Lucilda Cavalcante e Luiz Carlos Junior.

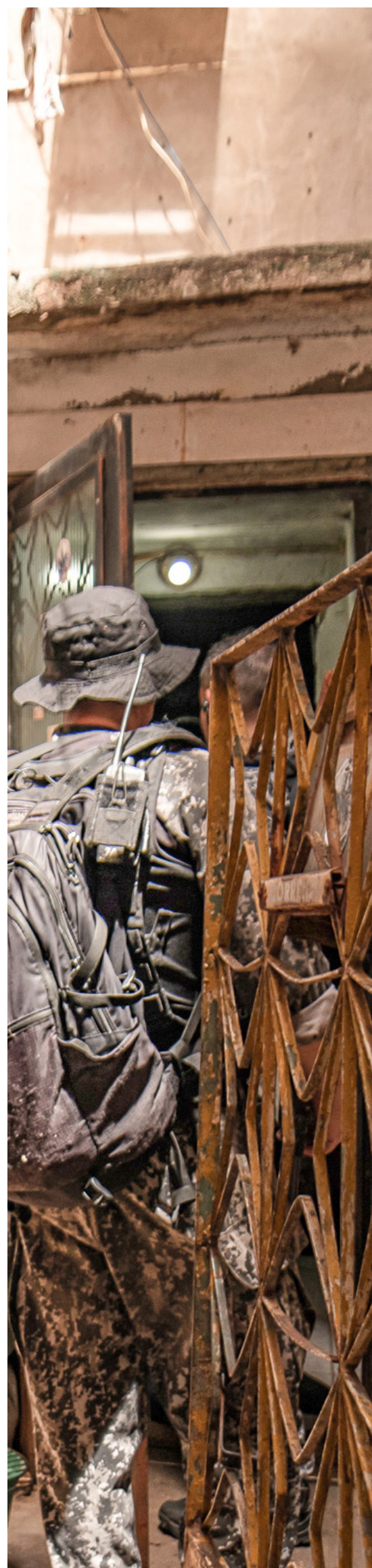


Foto: Douglas Lopes

VIOLÊNCIA ARMADA DEIXA BURACOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS DA MARÉ

Operações policiais interromperam 173 dias de aulas no maior conjunto de favelas do Rio desde 2016; nova resolução estabelece medidas para garantir o direito à educação em territórios afetados

Por: Gleusa Santos

173 dias de aula perdidos em uma década. O que esse número significa para a formação dos jovens moradores das favelas da Maré?

Como construir uma trajetória escolar inteira quando é preciso estar sempre correndo atrás do prejuízo?

O impacto de uma escola fechada por causa de uma operação policial é muito mais complexo do que um dia a menos de aula. Todo o processo de ensino é afetado: prazos são interrompidos, vínculos são fragilizados e a escola deixa, ainda que temporariamente, de ocupar seu lugar de aprendizado, convivência, segurança e familiaridade.

Provas podem ser adiadas, atividades se acumulam, conteúdos deixam de ser trabalhados

e famílias precisam reorganizar a rotina. Quando as aulas retornam, recuperar o que ficou para trás é outro desafio. E, quando essas interrupções se repetem ao longo dos anos, o prejuízo também se acumula.

Para **Felipe**, 15 anos, morador da Maré, as interrupções das aulas podem dificultar ainda mais a preparação para as provas. “Quando a escola fecha por causa das operações, isso me afeta diretamente, porque às vezes eu preciso muito da escola, da ajuda e da explicação dos professores. Quando fico em casa, tenho que estudar por mim mesmo e dar o meu jeito”, lamenta.

Elizabeth, 45 anos, mãe de Felipe e dona de uma loja na Maré, muitas vezes não consegue trabalhar em dias de operação. Quando os conflitos armados acontecem enquanto o filho já está na escola, ela precisa reorganizar a rotina para buscá-lo e, em algumas situações, contar com a ajuda da avó, além de arcar com gastos extras com alimentação. “Mexe com o nosso dia, nossa rotina e com o nosso psicológico.

Eu tenho que realmente mudar todo o meu dia”, conta.

Repor um dia no calendário não significa, necessariamente, recuperar tudo o que foi perdido. Uma professora da rede municipal que trabalha na Maré e prefere não ser identificada explica que os estudantes podem receber atividades para fazer em casa durante as interrupções, mas elas não substituem o que estava previsto no planejamento pedagógico.

Com o tempo perdido, o professor precisa reorganizar as aulas e, quando novas interrupções acontecem, o atraso se acumula. “O prejuízo não se resume ao conteúdo que deixou de ser trabalhado. Também ficam pelo caminho atividades, explicações e habilidades que deveriam ser desenvolvidas naquele período. E, quando os estudantes retornam, existe ainda outro desafio: lidar com o que aconteceu durante a operação”, explica a professora.

O retorno à escola também não significa uma volta imediata à rotina. Depois de uma operação, os estudantes podem chegar agitados



Em 10 anos, estudantes da Maré perderam o proporcional a quase um ano letivo em decorrência de operações policiais. Foto: Affonso Dalua

ou assustados com o que vivenciaram. O professor precisa acolher a turma e, ao mesmo tempo, retomar o conteúdo. Os profissionais da educação também sofrem os efeitos dessas interrupções. Segundo a professora, falta apoio para a saúde mental dos trabalhadores, e os afastamentos também prejudicam a continuidade das aulas.

Pesquisas recentes ajudam a dimensionar esses impactos para além dos dias perdidos no calendário. O estudo Educação Sob Cerco, realizado pelo GENI/UFF, Instituto Fogo Cruzado, CERES-IESP e Unicef, identificou diferenças de desempenho escolar equivalentes a até seis meses de aprendizagem entre estudantes de áreas dominadas por grupos armados e aqueles que estudam em outras regiões do Grande Rio. Segundo Daniel Hirata, professor da UFF e coordenador do GENI, mesmo quando são consideradas outras variáveis que influenciam o desempenho escolar, crianças que estudam nesses territórios apresentam um déficit na aprendizagem ao longo do ano letivo.

Na Maré, os efeitos da violência armada também aparecem em outras dimensões da formação. Em artigo publicado em 2026, os pesquisadores Luiz Eduardo Soares e Miriam Krenzinger, da UFRJ, destacam que estudos produzidos no próprio território relacionam a exposição à violência armada a impactos no bem-estar, na circulação, nos vínculos e na sociabilidade. A interrupção das aulas, portanto, não afeta apenas o conteúdo que deixa de ser trabalhado: também rompe rotinas e espaços de convivência que fazem parte da experiência escolar e do desenvolvimento de crianças e jovens.

O que os 173 dias sem aula mostram

Desde 2016, o monitoramento realizado pela Redes da Maré, através do projeto De Olho na Maré, do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, registra as interrupções das aulas provocadas por operações policiais e seus efeitos no território. Entre 2016 e o primeiro semestre de 2026, foram 173 dias de escolas fechadas, o equivalente a 86,5% de um ano letivo de 200 dias.

Somente no primeiro semestre de 2026, 13 operações policiais provocaram dez dias sem aula. Em outras duas ocasiões, as operações começaram com as aulas em andamento e também afetaram o funcionamento das escolas.

Para Andréia Martins, diretora da Redes da Maré, o conhecimento produzido pelo território foi importante para dar visibilidade a um problema que, por muito tempo, apareceu apenas como uma sequência de situações pontuais. “A experiência da Maré mostrou,

com dados e com a vivência de quem está na escola, que não estamos falando de casos isolados. Existe um problema que se repete e que precisa ser enfrentado como uma questão de política pública.”

O que muda com a nova resolução?

Em julho de 2026, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CEB nº 3/2026, que estabelece diretrizes para manter a continuidade da educação em situações que interrompam o calendário escolar, incluindo episódios de violência armada.

Na prática, a norma determina que estados e municípios criem protocolos para esses momentos, organizem a comunicação com escolas e famílias e planejem formas de manter as atividades e recuperar as aprendizagens.

Também orienta que, quando houver condições de segurança, o fechamento da escola não seja a única resposta e que as redes avaliem alternativas para reorganizar o funcionamento e a retomada das aulas.

A resolução, porém, estabelece diretrizes nacionais. A aplicação dessas medidas depende das redes de ensino. Para as escolas da Maré, ainda é preciso saber quais protocolos serão adotados, como funcionarão em dias de operação e quais estratégias serão usadas para recuperar as perdas acumuladas.

Segundo Andréia Martins, essa recuperação não pode se limitar à reposição de dias. “Os 200 dias são um piso de garantia do direito à educação, mas não podem ser tratados como uma simples conta de calendário. Quando a violência interrompe repetidamente a escola, o que está em jogo é uma trajetória de aprendizagem e é essa trajetória que precisa ser reparada.”



Só em 2026 13 operações policiais provocaram dez dias sem aula na Maré. Foto: Affonso Dalua

COMO O ‘EL NIÑO’ É PERCEBIDO NA MARÉ

Moradores e especialistas relatam como eventos extremos afetam as favelas e cobram políticas públicas de adaptação climática

Por: Hélio Euclides

Rajadas de vento acima de 90 km/h atingiram o Rio de Janeiro no final da tarde de 29 de julho. O encontro de uma frente fria com uma massa de ar quente causou inúmeros transtornos, assustando a população e causando a morte de duas pessoas. A Maré teve ventos de 42 km/h, medidos pela estação meteorológica instalada no Parque União, que — mesmo menos violentos que em outros pontos da cidade — causaram o destelhamento de casas, fizeram caixas-d’água voarem e provocaram falta de luz em diversas localidades por dias.

De lá para cá, a cidade já teve outros alertas de eventos extremos. Para especialistas, tudo isso ocorre com o início da ação do El Niño. O fenômeno se caracteriza pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial.

No Brasil, o El Niño tem impactos de seca no Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, chuvas em excesso na Região Sul e, no Sudeste, ondas de calor mais intensas e frequentes. O

fenômeno ocorre em um cenário de aquecimento global, com mudanças climáticas extremas, causando prejuízos para a agricultura e a escassez no abastecimento de água. Para **Kaya Mendes**, moradora da Nova Holanda, comunicadora popular e integrante do coletivo Eco Gerações, que leva o tema meio ambiente às escolas, o El Niño traz três pontos que afetam o planeta: o econômico, o alimentar e o climático.

Quando o assunto são os impactos na favela, ela é taxativa. “No território não temos adaptação, isso faz com que não suportemos os fenômenos extremos. A adaptação é a preparação de uma estrutura para os impactos, já a mitigação é a redução dos danos com uma educação por parte da sociedade. São meios de incidências diretas que precisam estar presentes na favela. A justiça climática não chegou ao cotidiano do favelado, o que se vive é o racismo ambiental. Hoje viramos um laboratório das instituições governamentais. E ainda colocam

a culpa no morador pelos problemas, sem responsabilizar as grandes empresas”, conclui.

A necessidade de políticas públicas

Quando se fala de clima, muitos são saudosistas, lembrando como eram as estações. “Está muito quente o tempo, há um desajuste. Cada vez está pior, pois não temos mais inverno, é só verão. Isso é resultado do ser humano que destrói a natureza. O medo é piorar, pois há muito incêndio nas florestas e desmatamentos. O leite já foi derramado, infelizmente as crianças daqui a 20 anos não vão ver esta natureza de hoje”, reflete Célia Silva, moradora do Parque União.

Bruno Filipe, geógrafo especializado em meio ambiente, explica quais são as causas do agravamento dos eventos climáticos extremos em todo o mundo. “As emissões de carbono desenfreadas intensificaram este fenômeno,



Moradores driblam motos e carros, e andam pelo meio da rua para fugir dos bolsões d’água. Foto: Douglas Lopes

que dura aproximadamente de 9 a 12 meses. O El Niño influencia o clima em todo o continente americano e parte da Oceania e Sudeste Asiático. As mudanças climáticas vão influenciar cada vez mais as nossas vidas. Rico, pobre ou classe média, precisamos de políticas públicas que priorizem investimentos em habitação, retirando pessoas que moram em encostas e margens dos rios”, detalha, lembrando que o Brasil passou por décadas de descaso com o saneamento e o planejamento urbano.

Divulgados pelo Instituto Trata Brasil, os dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), de 2024, mostram que 15,9%, cerca de 33 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável e que 43,3%, ou seja, 90 milhões não contam com coleta de esgoto. Além disso, apenas 51,8% do esgoto gerado é tratado.

“São necessários investimentos robustos em tratamento de esgoto, canalização e distribuição de água tratada. É um absurdo, mas, em Costa Barros, onde eu resido, ainda há inúmeras famílias que não são contempladas com esses serviços. Precisamos de arborização em massa e bebedouros públicos para atenuar os efeitos das ondas de calor que serão cada vez mais frequentes. Também não podemos esquecer dos abrigos climatizados para pessoas em situação de rua. Nós, que somos os eleitores, devemos colocar a questão ambiental como prioridade”, finaliza.

Pesquisa e Soluções Baseadas na Natureza

No final de agosto, ocorreu uma avalanche que se converteu em uma violenta enxurrada e atingiu cidades entre o Nepal e a China. Até o início de setembro, foram registradas mais de mil mortes e mais de 4 mil desaparecidos. Segundo especialistas, o aquecimento global, que acelera o derretimento e a instabilidade das geleiras, explica o aumento da intensidade e da frequência deste tipo de evento extremo. Contê-los demanda um esforço mais amplo de governos e grandes empresas, com políticas de mitigação e adaptação capazes de responder à escala da crise climática.

Anteriormente, ainda no mês de agosto, o Governo Federal promoveu encontro virtual com a sociedade civil da região Sudeste para debater as políticas públicas voltadas às emergências climáticas. Com o objetivo de elaborar um Plano de Ação, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro realizou, no mesmo

período, oficinas para preparar os 92 municípios fluminenses contra os impactos do El Niño na saúde pública. A Prefeitura do Rio, por meio de alertas emitidos, envia aos celulares avisos de emergência e informações sobre os estágios operacionais da cidade.

Outras iniciativas são implementadas por organizações que atuam diretamente nos territórios. É o caso do CliMaré, realizado pelo Eixo Direitos Urbanos e Socioambientais da Redes da Maré. A ação acompanha de perto as condições das casas de moradores da Maré pensando no conforto térmico.



Primeira estação meteorológica e de monitoramento permanente da qualidade do ar instalada em uma favela do Rio de Janeiro. Foto: Douglas Lopes

“Sofremos na pele essas mudanças climáticas. Trazer conhecimento de forma acessível é fundamental, pois hoje o meio ambiente é pautado, mas não inclui as favelas. Não há dados oficiais, então o projeto tem o olhar de geração de dados para cobrar do poder público medidas de mitigação para o território”, explica **Anna Carolina Fraga**, moradora do Salsa e Merengue, estudante de biologia e agente climática do projeto CliMaré.

Saionara Claudino, moradora do Rubens Vaz, teve o telhado verde, do projeto Ecoclima, implantado na sua casa. Agora, por meio do projeto CliMaré, além de um sensor que avalia qualidade do ar dentro de sua casa, vão ser instalados em sua sala revestimentos para o combate à umidade. “Quem mora em comunidade não tem para onde correr, esperamos projetos com um olhar para a favela, que diminuam a poluição e o lixo. O inverno e o outono agora têm dias oscilando de calor e chuva num período que não é comum, o que causa mais alergias”, reclama.

Ao lado dessas respostas de maior escala, ações menores também podem contribuir para ampliar a mobilização e a consciência ambiental nos territórios. Nádia Lima, moradora do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, acredita na importância de espalhar cada vez mais verde pelas favelas e, para isso, vende plantas com a família há 20 anos.

“Muita gente vem comprar, e as espécies mais procuradas são o comigo-ninguém-pode e a palmeirinha. Acredito que com mais verde, haverá menos poluição. Com um trabalho de educação ambiental junto às crianças e o não desmatamento, a natureza vai melhorar”, resume.

Iniciativas como essa ajudam a aproximar o debate climático do cotidiano e a ampliar a mobilização da população, sem substituir a responsabilidade de governos e grandes empresas na implementação de medidas capazes de enfrentar o problema em maior escala.



Telhado verde do projeto Ecoclima implantado na casa de Saionara Claudino. Foto: Patrick Marinho

ESCOLA QUE VIU A MARÉ NASCER COMPLETA 90 ANOS



Escola Bahia resgata sua memória enquanto busca caminhos para a educação do presente, entre gerações de alunos, professores e moradores.

Por: Flavia Veloso

Em 1936, não existia Maré, não como a conhecemos hoje, como um bairro, um lugar com ruas, casas e moradores. Sua ocupação só foi começar na década de 1940, com as palafitas no Morro do Timbau e os aterros na Baixa do Sapateiro. Não havia também Avenida Brasil, que só foi inaugurada em 1946. Mas, nessa época em que era quase tudo água nessa região, brotou uma semente que acompanharia toda essa história: a Escola Bahia.

A tradicional escola nasceu sob o modelo idealizado pelo secretário de educação da época, Anísio Teixeira. O filósofo e escritor defendia uma educação integral para as escolas públicas, que fosse além da sala de aula, de maneira que o prédio dessas escolas contasse com salas de oficinas, teatro, biblioteca, refeitório, jardins, áreas livres e até local para tratamento dentário, com espaço amplo que suportasse centenas de alunos. O objetivo do secretário era nobre: democratizar a escola e recuperar os ambientes de sociabilidade para as populações que haviam sido marginalizadas para periferias e morros em decorrência das reformas urbanas realizadas no início do século XX.

O passado conectado ao presente

Hoje, a Escola Bahia funciona sob um novo modelo, de Ginásio Experimental Tecnológico (GET), com horário integral e metodologias de ensino que buscam conectar os alunos às novas tecnologias e colocá-los como protagonistas dos processos de aprendizagem.

A Escola Bahia tem feito um trabalho de resgate histórico e afetivo dos seus 90 anos de história. O time de professores, liderado por

Cristiane Nascimento nesse projeto de resgate, ex-moradora da Maré e professora de História na escola há 6 anos, planejou uma série de ações para estreitar o vínculo entre os estudantes, a escola e o território. Até agora, já foram feitos vídeos pelos alunos no Colaboratório (uma sala multimídia onde os alunos desenvolvem diferentes habilidades com a ajuda de tecnologias), concurso de desenhos e até uma parceria com o Museu da Maré.

Para Cristiane, celebrar os 90 anos da escola vai além de marcar a data com uma festa: o objetivo é fortalecer entre os estudantes a ideia de pertencimento e mostrar como a história da Escola Bahia se mistura à trajetória de famílias inteiras da Maré. A professora conta que a equipe buscou transformar essa memória, presente inclusive nos sobrenomes que se repetem entre gerações de alunos, em algo que fizesse sentido para quem estuda ali hoje.

“Essa atividade que eu fiz, com metodologia de história oral, foi muito legal, porque teve uma menina que contou que os avós se conheceram aqui. Eles eram alunos, começaram a namorar e depois foram morar juntos. Quer dizer, uma família se formou. Depois dessa conversa, a relação dela com a escola mudou um pouco. Então, é fazer esse resgate dentro dessa rotina enlouquecida que a gente vive hoje”, contou.

Uma escola de gerações

O vínculo tão estreito da Escola Municipal Bahia com a Maré também se reflete no quadro de funcionários, na figura de moradores e ex-moradores que hoje trabalham na escola e que têm orgulho de poder retribuir seu carinho pela favela através da educação. É o caso



Flavio junto com Elma. Diretor e secretária da Escola. Foto: Patrick Marinho

do Gilson Professor, como é conhecido o professor de matemática na Escola Municipal Bahia e de física no Colégio Estadual Bahia. Mais novo de sete irmãos, ele relata que todos, além dos primos e outros familiares, estudaram na Bahia.

Para ele, ser morador e dar aula na escola tem influência positiva na sua relação com os estudantes: “Conheço boa parte dos alunos, me identifico com a maioria deles. Essa proximidade com os alunos ajuda bastante. Eu vejo que eles têm um pouco mais de respeito por eu ser morador. Procuro sempre criar vínculos, falando da comunidade, falando que eu estudei aqui, falando da importância de estudar, e mostrar que alguém que é da comunidade também pode chegar na faculdade, se formar e virar um profissional de qualidade. Isso é importante.”



Foto: Patrick Marinho

O olhar para o futuro

O diretor da escola, Flávio Aragão, vê como grandes os desafios para o futuro. Para ele, atender às demandas dos alunos de hoje exige que a escola acompanhe as transformações da sociedade. O modelo em que estudar significava permanecer em sala copiando o quadro e aprendendo apenas o conteúdo do livro didático, diz, já não responde às novas gerações.

Por isso, Flávio defende que alcançar metas como as do Ideb e da Prova Rio não pode se resumir à transmissão de conteúdo. É preciso, segundo ele, buscar outros caminhos de aprendizagem, aproveitar as potencialidades dos professores e do GET, aproximar as famílias e reforçar a relação entre a escola e a comunidade. Para que esse esforço funcione, acrescenta, é fundamental que os próprios estudantes participem.

“Eu acho que é isso, colocar os pais dentro da escola, mostrar que a escola pertence a essa comunidade, que ela é esse degrau para muitos crescerem aqui dentro e fora, é a maneira



que a gente tá tentando trabalhar. E sozinho não consegue. Se o aluno não abraçar a ideia, a gente não consegue. Então, acho importante a gente trazê-los para esse tipo de aprendizagem, para conseguirmos um resultado positivo.”

Em meio aos problemas que atravessam a rede municipal de educação, algumas das experiências construídas dentro da Escola Bahia mostram justamente essa tentativa de fazer dos estudantes parte ativa do processo de aprendizagem e da própria vida escolar.

É o exemplo do Caio, aluno do 8º ano e presidente do grêmio estudantil. Engajado nos projetos da escola e incentivado, principalmente, pelas professoras da sala de leitura, Renata e Sandra, ele destaca a importância de se promover oportunidades aos estudantes no espaço escolar: “Aqui na escola, na sala de leitura e em outros espaços, o aluno pode conversar com as professoras e fazer projetos, dar ideias. Esse protagonismo me ajudou na forma de sentir empatia. Eu gosto de ajudar, sempre me coloquei no lugar das pessoas”, conta Caio.

Foto: Patrick Marinho

SEU LOCAL DE VOTAÇÃO MUDOU? VEJA COMO SE PREPARAR PARA AS ELEIÇÕES NA MARÉ

Mudanças nos locais de votação podem afetar 17,7 mil moradores; veja como consultar sua seção e entender a ordem dos votos

Por: Gracilene Firmino

No próximo dia 4 de outubro, mais de 150 milhões de brasileiras e brasileiros vão às urnas para eleger presidente da República, governador, senadores e deputados federal e estadual. Na Maré, são 32.277 eleitores que vão escolher seus representantes e ajudar a definir os rumos do país. Mas algumas mudanças, principalmente nos locais de votação, podem dificultar o acesso de moradores ao direito de votar.

Neste ano, outras três mudanças se somam às três realizadas em 2024. Ao todo, seis locais de votação da Maré foram alterados, o que pode afetar 17.768 moradoras e moradores. Para a frente de Incidência Política da Redes da Maré, essas mudanças podem criar novas dificuldades para quem já enfrenta problemas de deslocamento pelo território. A organização também contesta a justificativa de “alto risco” usada para o remanejamento dos locais.

Dados levantados pela Redes da Maré na segunda edição da “Análises - Como vota a Maré?”, publicada após o segundo turno das eleições municipais de 2024, ajudam a entender como essas mudanças podem afetar o direito ao voto. Um dos dados que chamam a atenção é o número de pessoas que deixaram de votar.

Em 2024, 17.862 eleitores da Maré não compareceram às urnas. Nos dois locais de votação transferidos para fora do território por decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a abstenção cresceu: cerca de 28% em um deles e 18% no outro, na comparação com o primeiro turno de 2020. O mesmo aumento não foi observado de forma tão expressiva no local que mudou de endereço, mas permaneceu dentro da Maré.

O estudo também questiona a decisão do TRE de remanejar locais de votação por considerar favelas áreas de risco. Na Maré, não há registro de incidentes de violência armada em dias de eleição pelo menos desde 2016, segundo a base de dados do projeto De Olho na Maré da Redes da Maré, que monitora o impacto da violência armada no conjunto de favelas. Além disso, o 22º Batalhão da Polícia Militar (BPM) e as associações de moradores tradicionalmente se articulam para acompanhar a realização das eleições.

Para **Lidiane Malanquini**, coordenadora da frente de Incidência Política da Redes da Maré, um dos principais problemas é que os moradores não são informados nem ouvidos em decisões que afetam diretamente suas vidas. “São muitos os desafios que os moradores da Maré enfrentam num contexto eleitoral. Acredito que o principal deles, que acho que abarca toda a sociedade, é a falta de informação. Tanto sobre os sentidos das eleições, quanto também pela falta de informações sobre as mudanças locais de votação que a Maré vem sofrendo”, relata.

Outro problema é o deslocamento até as urnas, principalmente para quem tem dificuldades de mobilidade. “Em 2024 houve a mudança de três locais de votação, agora em 2026, mais três foram alterados. São seis locais de votação que concentram mais de 50% dos eleitores da Maré e isso é muito pouco divulgado. Para além de toda a questão de infraestrutura e acessibilidade que historicamente afetam esses locais, esse processo impacta o acesso dos moradores, sobretudo dos que têm maior dificuldade de mobilidade, ao voto.”

Para Lidiane, as mudanças também expõem um problema antigo: a forma como as favelas

são tratadas pelo poder público. “A criminalização dos territórios de favela reverbera desde a aproximação de quem é tomador de decisão, que passa a ser criminalizado por estar na favela, até uma escolha arbitrária do TRE de retirada dos locais de votação sem qualquer diálogo com quem vive nesse território. Mesmo que você tenha isenção do transporte público na cidade do Rio de Janeiro, isso não afeta quem mora na Maré porque não há mobilidade urbana, não tem transporte público circulando na Maré. Isso é mais um impedimento da concretização do direito ao voto”, defende.

O questionamento que a Redes da Maré vem fazendo é justamente sobre o que acontece quando decisões como essas são tomadas sem a participação e a escuta de quem vive no território. “A pergunta que fazemos, e a gente faz ao TRE, é até quando o Estado vai se retirar desse espaço, desse território, alegando um processo de violação de direitos, ameaças, criminalizando esse território, sem dialogar com ele, sem escutar quais são as alternativas e possibilidades para, de fato, garantir o direito à democracia nos territórios de favela”, questiona Lidiane.



Foto: Patrick Marinho



MAS E AÍ, COMO CONFERIR ONDE É MINHA SEÇÃO?

É essencial checar com antecedência se o seu local de votação continua o mesmo. A consulta pode ser feita pelo **Autoatendimento Eleitoral do TSE**:

[https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/
autoatendimento-eleitoral](https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral)

na opção “Onde votar”, dentro da aba “Consultas”.

Também é possível verificar a informação pelo **site do TRE-RJ**:

[https://www.tre-rj.jus.br/servicos-
eleitorais/situacao-e-local-de-votacao/
situacao-e-local-de-votacao-tre](https://www.tre-rj.jus.br/servicos-eleitorais/situacao-e-local-de-votacao/situacao-e-local-de-votacao-tre)

informando os dados solicitados.

Outra opção é o **e-Título, aplicativo gratuito da Justiça Eleitoral**. Na tela inicial, depois de atualizar os dados cadastrais, é possível conferir o endereço da seção e a zona eleitoral em que você deverá votar. Como houve mudanças em locais de votação da Maré, a recomendação é não deixar a consulta para o dia da eleição: confira antes o endereço e se organize para chegar até o local.

O voto é uma das principais formas de participação nas decisões do país. Nas eleições, a população escolhe quem vai ocupar cargos com poder para criar leis, definir políticas públicas, administrar recursos e tomar decisões que afetam diretamente a vida de quem mora na Maré e em todo o Brasil. Por isso, na hora de votar, escolha com consciência aquelas e aquelas que representam melhor você e os seus.



E NA HORA DE VOTAR: QUAL É O PASSO A PASSO?

As eleições serão realizadas em todo o país no primeiro domingo de outubro, das 8h às 17h. Na hora de votar, é importante chegar à urna sabendo como funciona o processo e o que você vai encontrar pela frente. As urnas eletrônicas são usadas em todo o território nacional e permitem que os resultados sejam apurados em poucas horas. O sistema conta com diferentes mecanismos de segurança, que garantem o sigilo do voto e permitem a fiscalização e a auditoria dos resultados.

Uma dessas medidas é a proibição do uso de celular na cabine de votação. Por isso, vale levar os números dos seus candidatos anotados em um papel — **a famosa “colinha”**. Neste ano, cada eleitor terá seis votos para registrar.

A ordem na urna será a seguinte: deputado federal, com quatro números; deputado estadual, com cinco números; senador, com três números; senador novamente, também com três números; governador, com dois números; e presidente da República, com dois números. Nos votos para governador e presidente, o eleitor também escolhe automaticamente os respectivos candidatos a vice.

Para votar, é preciso apresentar um documento oficial com foto, como carteira de identidade, passaporte, carteira de trabalho ou e-Título com foto. E atenção: neste ano, cada eleitor deverá escolher dois candidatos diferentes para o Senado.

Isso acontece porque, nas eleições de 2026, serão renovadas 54 das 81 cadeiras do Senado Federal, o equivalente a dois terços da Casa. Em cada estado e no Distrito Federal, os dois candidatos a senador que receberem mais votos serão eleitos. O mandato de senador dura oito anos.

> COLINHA

▪ DEPUTADO FEDERAL

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

▪ DEPUTADO ESTADUAL

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

▪ SENADOR 1

----------------------	----------------------	----------------------

▪ SENADOR 2

----------------------	----------------------	----------------------

▪ GOVERNADOR

----------------------	----------------------

▪ PRESIDENTE

----------------------	----------------------

QUANDO O TERRITÓRIO PRODUZ SAÚDE

Jovens da Maré propõem formas de cuidado baseadas no conhecimento local; ações envolvem comercialização de produtos naturais, cultivo de hortas comunitárias e redução de lixo e alagamentos nas ruas

Por: Gabrielle Gonçalves



Estudantes do Colégio Estadual Professor João Borges De Moraes, na Nova Holanda Foto: Douglas Lopes

Nem todo cuidado passa pelo consultório médico. No último ano, a Nova Holanda ganhou uma farmácia natural, uma horta comunitária e um projeto de quarteirão ecológico — iniciativas que mostram outras formas de cuidar da saúde, do território e da vida em comunidade.

Com a juventude como protagonista, as ações produzem conhecimento sobre saúde a partir da realidade local e estimulam o bem-estar coletivo. Os projetos não substituem o acompanhamento médico, mas ampliam a compreensão sobre o que também pode produzir saúde no território.

“A gente quer trazer essa discussão para dentro da favela. Porque o debate sobre saúde ainda está concentrado na elite e na medicina, como se apenas os médicos pudessem falar sobre o que é saúde. A gente é capaz de produzir ciência aqui em uma lojinha na Nova Holanda”, defende Luís Menezes, cofundador da Farmácia Viva Comunitária, ao lado de Daniel Wicke dos Santos.



Foto: Patrick Marinho

Para eles, a iniciativa pode ampliar a ideia de saúde na Maré e estimular a criação de outros espaços de cuidado. A Farmácia Viva Comunitária surgiu em julho de 2026 e atua em duas frentes: a venda de produtos naturais, em uma loja na Rua Sargento Silva Nunes, na Nova Holanda, e a oferta de cursos sobre cultivo e divulgação de fitoterápicos — nome utilizado pelo SUS para ervas e plantas medicinais.

Segundo os idealizadores, as atividades funcionam de forma integrada. Enquanto a loja oferece alternativas aos temperos artificiais usados na alimentação, os cursos compartilham conhecimentos sobre cultivo e manejo de plantas medicinais, além de estimular uma reflexão sobre o uso excessivo de medicamentos.

“A maior parte das nossas referências é de alimentos industrializados. Além disso, as pessoas estão se entupindo de remédios. Às vezes, sem receita nenhuma. Então a ideia é conhecer outros horizontes para além dos que já são inicialmente oferecidos, é introduzir, de maneira muito inicial, outras formas de se alimentar e de consumir dentro da favela”, explica Luís.

Cliente do espaço, Adrielle Santos conta que passou a consumir temperos naturais durante um processo de reeducação alimentar. Para ela, iniciativas como essa precisam estar presentes nas favelas.

“As pessoas aqui acordam muito cedo e vão dormir muito tarde. Às vezes, a janela de descanso é de 3 a 4 horas por dia. E aí, o que ela vai fazer? Ela não vai cozinhar, vai comer o que tem em excesso na favela. Então, se tiver mais coisa saudável também, automaticamente, as pessoas vão querer comer saudável”, analisa.

Daniel e Luís planejam ampliar o espaço e construir uma cozinha nos fundos da loja para oferecer lanches e refeições rápidas.

Quarteirão ecológico

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), reconhecer o próprio território é uma condição importante para construir espaços saudáveis. Na Nova Holanda, estudantes do Colégio Estadual João Borges de Moraes partiram da identificação de problemas de saneamento e saúde e da história da região para desenvolver soluções de baixo custo que reduzam impactos ambientais.

A iniciativa, fruto da parceria entre o coletivo Lutas Urbanas, Tecnologia e Saneamento (LUTeS) e a direção pedagógica da escola, resultou em um biodigestor, uma horta comunitária e um sistema de captação de água da chuva. As soluções também foram instaladas na ONG Luta Pela Paz e podem chegar à Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva. Os três equipamentos ficam no último quarteirão da Rua Teixeira Ribeiro, que o LUTeS pretende transformar em referência de quarteirão ecológico na Maré.

“O que a gente tenta fazer é trazer essas soluções que impactam diretamente na saúde das pessoas, e que elas mesmas podem construir. Quando a gente pensa em saneamento, a gente pensa em algo enorme e muito distante, mas, ao mesmo tempo, os problemas estão muito perto”, explica Isabela Maria, coordenadora do LUTeS.

Com o apoio do coletivo, os estudantes desenvolveram equipamentos capazes de reaproveitar cerca de 4 quilos de lixo orgânico por dia e reduzir em 850 litros a água acumulada nas ruas. O biodigestor transforma restos de comida em gás de cozinha e produz biofertilizante para a horta. Já a captação de água da chuva ajuda a diminuir o acúmulo de água, relacionado à proliferação de vetores e a doenças como dengue e leptospirose.



Estudantes do Colégio Estadual Professor João Borges De Moraes, na Nova Holanda, criaram um equipamento para captar água da chuva e reduzir áreas de alagamento próximas à escola.
Foto: Douglas Lopes



Foto: Patrick Marinho

GRUPOS DE CORRIDA APROXIMAM MORADORES E FORTALECEM O BEM-ESTAR NAS FAVELAS DA MARÉ

As iniciativas vão além da prática esportiva, atuando como espaços de convivência social, redes de apoio e fortalecimento de mulheres

Por: Marko Costa e Gabrielle Gonçalves

O movimento da corrida de rua tem ganhado força pelo país, e a Maré não ficou de fora desse hábito. Segundo a Associação Brasileira de Organizadores de Corridas de Rua e Esportes Outdoor (ABRACEO), as competições de corrida cresceram 85% entre 2024 e 2025, enquanto os treinos coletivos também ganharam força entre os amadores. No Conjunto de Favelas da Maré, os grupos de corrida cumprem outras funções além de colocar mais gente para correr: estimulam o convívio, fortalecem relações e contribuem, sobretudo, para a garantia do direito à saúde, ao esporte e ao lazer.

O grupo Vício do Bem é um dos pioneiros no território. O coletivo ganhou força ao unir a prática esportiva ao acolhimento de pessoas de todas as idades. Idealizado pelo professor de educação física Celso Roberto, o grupo cresceu nos últimos anos e hoje reúne, em média, 170 corredores por treino. Segundo Celso, a continuidade dos participantes é um dos indicadores de sucesso do projeto, formado majoritariamente por moradores da Maré.

Para ele, uma das principais conquistas é acompanhar a evolução de quem começa no grupo, seja na caminhada ou na corrida, e depois passa a participar de provas e incorporar a atividade física à rotina.

“A nossa maior vitória é ver a evolução da galera e o feedback que a gente tem constantemente. Ver pessoas que começaram no pelotão da caminhada e hoje estão participando de provas oficiais, correndo 5 km, 10 km, ou que chegam dizendo que mudaram o estilo de vida e estão mais dispostas. Essa melhora diária na vida das pessoas é a nossa vitória”, celebra Celso.

O grupo se reúne às terças-feiras, a partir das 19h, para treinar na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. Higor Santos da Costa, conhecido como Higão, de 30 anos, morador da Vila dos Pinheiros, é um dos corredores que integra o time. Seu desempenho o levou também a fazer parte da equipe do projeto. Incentivador da corrida, ele compartilha sua rotina de treinos nas redes sociais e conta que só aos poucos percebeu que sua própria trajetória motivava outras pessoas a começar.

Segundo Higão, algumas pessoas já disseram ter começado a correr depois de acompanhar seus vídeos. Para ele, ouvir esses relatos reforça também o vínculo criado dentro do Vício do Bem. “Alguém que se superou e acreditou que podia porque viu que eu também conseguia. Então, é gratificante demais. Sou muito feliz por ter conhecido essa galera do Vício do Bem. Sempre me acolheram muito bem e todo mundo que quiser chegar vai ser sempre muito bem-vindo”, conclui.

Na Nova Holanda, outro grupo tem mobilizado moradoras do território. Quem passa pelas proximidades da Luta pela Paz frequentemente se depara com um pelotão de corredoras vestidas de rosa, acompanhado por gritos de incentivo: “Vai, Destemidas!”. As mulheres treinam semanalmente, com o apoio de uma equipe multiprofissional da instituição.

O projeto Destemidas é uma iniciativa da Luta pela Paz, em parceria com a jornalista Carol Barcellos. Seu objetivo é formar corredoras na Maré, oferecendo acompanhamento médico, preparação física e atendimento psicossocial. O projeto recebe mulheres interessadas na prática esportiva, com diferentes níveis de



Corrida Destemidas fez parte da programação do Festival Mulheres do Mundo em 2025. Foto: Douglas Lopes

experiência na modalidade. A cada 12 meses, uma nova turma é formada, ampliando o grupo, que já conta com 60 integrantes, todas moradoras da Maré.

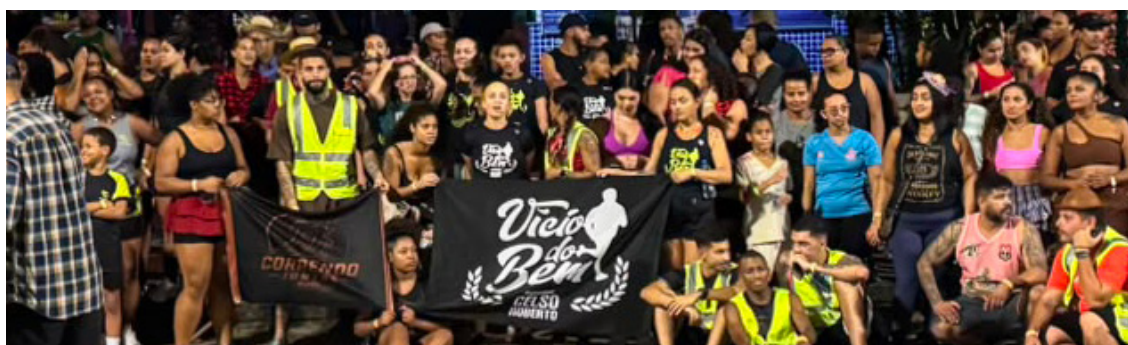
Kelvelene Martins é uma delas. Ex-aluna do Destemidas e atual assistente esportiva do projeto, ela acredita que a dedicação à corrida e o acesso à informação durante as rodas de conversa oferecidas pelo projeto foram essenciais para fortalecer sua autoestima em um momento delicado da vida. Ela conta que passou a ouvir de pessoas próximas que estava mais forte e relaciona essa mudança também ao que aprendeu nas atividades do projeto.

“Muita gente fala: ‘Nossa, você mudou muito! Você parece uma pessoa mais forte’. E eu posso dizer que, se eu sou uma pessoa mais forte, é graças ao projeto Destemidas. Depois das rodas de conversa e da troca de conhecimento com as alunas, eu comecei a ver que eu podia enfrentar algumas situações que me faziam mal”, disse Kelvelene.

Além dos treinos, as Destemidas participam de provas e circuitos de corrida de rua em outros locais. A proposta é colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a formação. Em 27 de setembro, a 4ª Corrida Destemidas na Maré vai reunir 400 mulheres em um percurso de 4 quilômetros ao redor da Nova Holanda.

Até o final de 2026, o Destemidas completará seu 7º ciclo de formação, com 60 novas corredoras no território - número de mulheres que são formadas a cada ciclo. Em 2027, o projeto receberá uma nova turma, formada por mulheres que já demonstraram interesse em participar por meio de uma lista de espera.

Quem quiser integrar os próximos ciclos deve entrar em contato com o Luta pela Paz, pessoalmente ou pelo Instagram do projeto, @destemidas_rj.



CASA DAS MULHERES DA MARÉ: UMA DÉCADA IMPACTANDO VIDAS

Entre acolhimento, cursos e encontros, moradoras encontram apoio para enfrentar dificuldades e construir seus próprios caminhos

Por: Gracilene Firmino

Inaugurada em outubro de 2016, a Casa das Mulheres da Maré (CDMM) é um espaço criado pela Redes da Maré para impulsionar o protagonismo das mulheres do território mareense. O equipamento em seus projetos e ações tem como objetivo contribuir para a melhoria da condição de vida dessas mulheres. A Casa concretiza e reconhece os papéis femininos históricos no surgimento de movimentos sociais e de lutas ligadas à infraestrutura na Maré, desde a década de 80. Mais de 3.000 mulheres, de 16 a 70 anos, já foram atendidas pela CDMM, ao longo da última década, no Conjunto de Favelas da Maré.

A CDMM, que fica no Parque União, tem atuado ainda como espaço de troca com instituições locais, públicas e privadas, para construção de novas parcerias e articulações na área dos direitos das mulheres, com pesquisas que visam transformar em dados o cotidiano das mulheres na Maré. Entre elas, o estudo de Enfrentamento à Violência Urbana de Gênero, desenvolvido em parceria com a King's College London, e a pesquisa Saúde Sexual e Reprodutiva: o que dizem as mulheres da Maré.

Para Edna Marcia Filó, de 57 anos, a Casa se fez presente em um momento muito difícil de sua vida. “Fiquei viúva em janeiro de 2022. Meu marido infartou voltando da caminhada e morreu na hora. Foi um baque muito grande para mim, meus filhos e neto. Busquei ajuda na Psicologia na Casa das Mulheres, pois eu só sabia chorar e pensei que fosse entrar em depressão. Logo em seguida, comecei a participar do grupo terapêutico. Aos poucos fui me libertando e buscando ajuda. Depois comecei a fazer os cursos da Casa, os passeios para

estar sempre em contato com outras mulheres que passavam por situações semelhantes à minha.”

Dentro da metodologia de formação, o equipamento também possui a frente de orientações profissionais que, em 2025, possibilitou formação em gestão, empreendedorismo e marketing para 44 mulheres empreendedoras. Também há investimento em capital semente, que é o valor inicial usado para ajudar uma empresa a sair do papel e desenvolver seu produto, a partir do método de aceleração previsto na frente.

Foi o que aconteceu com Edna. “Fiz vários cursos lá, gastronomia, marketing básico e avançado. Também sou empreendedora, confecciono bolsas e pochetes, e nós participamos de uma feira quinzenal que acontece na Petrobras, conquistada com a ajuda da Casa das Mulheres. Eu já era empreendedora, empreendo desde 2010, e o curso de marketing ajudou muito. Antes era tudo muito amador. No último curso que fiz, tive ajuda até com material, eles chamavam de capital semente. Foi uma ótima ajuda”, conta Edna.

A CDMM atua na trajetória integral da mulher, viabilizando a garantia de direitos, defendendo a saúde sexual e reprodutiva e pautando a favela como formuladora de políticas. “O que marca é ver mulheres que passaram pela Casa nos primeiros anos trabalhando, construindo o próprio espaço, gerando renda, produzindo conhecimento, atuando como ativas de seus direitos e assumindo o protagonismo de suas trajetórias dentro e fora da Maré”, diz Mariana Aleixo, uma das coordenadoras do equipamento.

As atividades oferecidas no local se encaixam em diferentes frentes de trabalho: qualificação profissional, enfrentamento das violências contra as mulheres, atendimento sóciojurídico e psicológico e a articulação territorial para a criação de uma agenda positiva nas políticas públicas para as mulheres.

Uma celebração da cultura alimentar da Maré

Um dos projetos da Casa das Mulheres da Maré que impacta a vida das moradoras e dos moradores e aquece a economia da região é o Comida de Favela, que este ano chega à sua quarta edição. Em outubro, o evento volta a celebrar a gastronomia mareense. O público experimenta, vota e ajuda a escolher o melhor prato da Maré.

“O Festival Comida de Favela vai muito além de um evento gastronômico; ele se afirma como um ato político de celebração da cultura alimentar mareense e de fortalecimento econômico do território”, conta Mariana. Ao reunir e valorizar a diversidade de sabores, o festival insere a gastronomia da Maré no circuito da cidade do Rio de Janeiro, afirmando o território como um polo de gastronomia e inovação cultural.

Além do impacto financeiro, o evento promove o direito à cidade e a quebra de estigmas ao incentivar a circulação entre as 15 favelas da Maré. Integrada a esse circuito gastronômico, a edição deste ano conta com a promoção da campanha Maré sem Assédio. O objetivo é garantir um ambiente seguro e acolhedor para moradoras e visitantes, transmitindo nos bares, estabelecimentos e espaços públicos a metodologia de enfrentamento e prevenção às violências de gênero, promovida pelas ações da Casa das Mulheres da Maré.

O Festival Comida de Favela acontece entre 1 e 30 de outubro de 2026, 16 estabelecimentos vão concorrer em duas categorias: Bar, Pensão e Restaurante e Comida de Rua e Quiosque. A iniciativa valoriza a culinária tradicional, a criatividade e fomenta o potencial econômico da gastronomia local.



Casa das Mulheres Foto: Douglas Lopes

Serviço - Casa das Mulheres da Maré

Horário de funcionamento:

segunda a quinta, das 8h às 21h; sexta, das 8h às 17h
e sábado, das 9h às 15h.

Secretaria: segunda a sexta, das 10h às 16h

Atendimento sociojurídico e psicológico gratuito para mulheres:

sábado, das 9h às 13h (exceto feriados)

Endereço: Rua da Paz, 42 – Parque União

Telefone: (21) 3105-5569

WhatsApp da Redes da Maré: (21) 99924-6462

QUEM FAZ O QUE NA POLÍTICA?

FEDERAL



PRESIDENTE

- > **GOVERNA O PAÍS**
— define e executa políticas públicas nacionais.
- > **ADMINISTRA O ORÇAMENTO FEDERAL**
— planeja e executa os recursos.
- > **SANCIONA OU VETA LEIS**
— aprova ou rejeita, total ou parcialmente, projetos aprovados pelo Congresso.
- > **REPRESENTAR O BRASIL INTERNACIONALMENTE**
— conduz relações diplomáticas e representa o país em acordos internacionais.



SENADOR

- > **CRIA E VOTA LEIS**
— participa da elaboração e aprovação de leis federais.
- > **FISCALIZA O GOVERNO FEDERAL**
— acompanha e cobra a atuação do presidente e o uso dos recursos públicos.
- > **APROVA AUTORIDADES**
— participa da aprovação de ministros do STF, procurador-geral da República, presidente do Banco Central e outras autoridades.
- > **REPRESENTA O ESTADO NO CONGRESSO**
— defende os interesses do seu estado nas decisões nacionais.
- > **PARTICIPA DO ORÇAMENTO DA UNIÃO**
— junto com a Câmara, analisa e vota as leis orçamentárias.



DEPUTADO FEDERAL

- > **CRIA E VOTA LEIS FEDERAIS**
— propõe, debate e vota projetos de lei.
- > **FISCALIZA O GOVERNO FEDERAL**
— acompanha ações do presidente e o uso do dinheiro público.
- > **VOTA O ORÇAMENTO DA UNIÃO**
— participa da definição de como os recursos federais serão distribuídos.
- > **REPRESENTA A POPULAÇÃO**
— leva demandas da população e seu estado eleito para o Congresso Nacional.
- > **NÃO EXECUTA POLÍTICAS E OBRAS.**
— Pode destinar recursos, legislar, fiscalizar e articular, mas quem executa políticas, serviços e obras é o Poder Executivo responsável.



STF

- > **DEFENDE A CONSTITUIÇÃO.**
- > **JULGA CASOS IMPORTANTES QUE ENVOLVEM DIREITOS.**
- > **DECIDE SE LEIS ESTÃO DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO.**
- > **RESOLVE CONFLITOS ENTRE INSTITUIÇÕES E PODERES.**

ESTADUAL



GOVERNADOR

- > **ADMINISTRA O ESTADO**
— executa políticas públicas estaduais.
- > **GERE O ORÇAMENTO ESTADUAL**
— define prioridades e administra os recursos do estado.
- > **CUIDA DA SEGURANÇA PÚBLICA**
— comanda as polícias Militar e Civil e estrutura políticas de segurança.
- > **INVESTE EM SERVIÇOS ESTADUAIS**
— como saúde, educação, transporte e infraestrutura, em articulação com gestão da cidade e do país.



DEPUTADO ESTADUAL

- > **CRIA E VOTA LEIS ESTADUAIS**
— propõe, debate e aprova leis que valem no estado.
- > **FISCALIZA O GOVERNO ESTADUAL**
— acompanha as ações do governador e o uso dos recursos públicos.
- > **VOTA O ORÇAMENTO DO ESTADO**
— participa da definição de como o dinheiro público estadual será utilizado.
- > **REPRESENTA A POPULAÇÃO**
— leva demandas dos municípios e da população para a Assembleia Legislativa.
- > **NÃO EXECUTA POLÍTICAS E OBRAS.**
— Pode destinar recursos, legislar, fiscalizar e articular, mas quem executa políticas, serviços e obras é o Poder Executivo responsável.

ATENÇÃO: algumas políticas públicas, como saúde, educação, cultura e outras áreas, podem envolver responsabilidades de mais de uma esfera de governo.

MUNICIPAL



PREFEITO

- > **CUIDA DAS RUAS, DOS ÔNIBUS DA CIDADE, E DOS POSTOS E ESCOLAS MUNICIPAIS**



VEREADOR

- > **FAZ LEIS PARA A CIDADE**
- > **FISCALIZA O PREFEITO**

QUEM GOVERNA?

PRESIDENTE
GOVERNADOR
PREFEITO

QUEM FAZ LEIS E FISCALIZA?

VEREADOR
DEPUTADOS
SENADORES

QUEM JULGA?

JUÍZES
TRIBUNAIS
STF



IMPORTANTE:

- > **PRESIDENTE NÃO É CHEFE DO GOVERNADOR.**
- > **GOVERNADOR NÃO É CHEFE DO PREFEITO.**
- CADA UM TEM UMA FUNÇÃO.**